

**O lugar da educação do negro no projeto civilizador paulista do fim do século XIX
(1880 - 1900)**

KADINE TEIXEIRA LUCAS*

DANIEL FERRAZ CHIOZZINI**

*A bexiga é uma molestia barbara que so tem razão de existir entre os barbaros; todo povo civilizado deve e pôde livrar-se das bexigas, procurando convenientemente vacinação.*¹

(“Correio Paulistano”, 06/09/1887: 2)

O excerto acima foi publicado em um pequeno artigo cujo título era “Hygiene, conselhos ao povo”. Referindo-se a uma das epidemias frequentes no século XIX, a varíola (popularmente conhecido como bexiga), também a associa a um determinado seguimento da população: o povo pobre. De fato, doenças como essas acometiam frequentemente a população pobre (SILVEIRA, 2011; CHALHOUB, 1996), mas o que está em questão no artigo do jornal não nos parece exatamente uma discussão sobre saúde pública, mas um aspecto que se tornava cada vez mais latente nos centros urbanos brasileiros no século XIX, a necessidade da população se “civilizar”. Tal perspectiva é discutida por Cynthia Veiga (2010), que compreende esta questão da seguinte maneira: *a organização da nação brasileira foi fortemente marcada por uma estratégia discursiva em que esteve presente um “nós”, autorreferência da elite civilizada, e um “eles”, referente àqueles que deveriam ser incluídos no imaginário da nação a se tornar civilizada.* (VEIGA, 2010: 272) Nesse sentido, o excerto do “Correio Paulistano” representa esta distinção entre dois grupos muito bem delimitados, “nós”, a elite civilizada, e “eles”, o povo bárbaro.

Assim como a autora, tomamos como referencial o conceito de “civilização” debatido por Norbert Elias (1994)², tendo consciência de que o autor falava das sociedades europeias e de que não podemos fazer uma mera transposição. No entanto, é manifesto que a elite branca brasileira foi profundamente influenciada pelos modelos europeus, tomando-os como referência de “povo civilizado”.

* Mestranda no programa de estudos pós-graduados Em Educação: História, Política, Sociedade da Puc-SP, bolsista CAPES.

** Professor do programa de estudos pós-graduados Em Educação: História, Política, Sociedade da Puc-SP.

¹ Utilizaremos a grafia original apresentada nos documentos, de modo a evitar distorções de sentido. A partir de então, não mais repetiremos esta nota.

² Diversos autores brasileiros tomam Elias como referência para discutir a questão da civilidade no Brasil. Outra autora que será utilizada por nós, Rosa Fátima de Souza (1998), também o faz.

Nos interessa pois, nessa definição, a oposição entre civilidade e barbárie – também presente no fragmento do “Correio Paulistano” – e a necessidade da realização de uma reforma para a que a primeira supere esta última, de modo a eliminar todos os indícios “bárbaros”, passando pela higiene, pela urbanidade e pela educação. Em São Paulo, os três aspectos fizeram parte do projeto civilizador arrolado pelo Estado e apoiado pela elite cafeeira que crescia, logo seguida pela industrial. Carlos José dos Santos (2003), em seu livro “Nem tudo era italiano”, mostra como o desejo do “moderno” fazia a cidade caminhar em direção à urbanização, que passava pela sublimação da pobreza e tentativa de eliminação desses vestígios dos locais civilizados, tendo a Europa como modelo de “civilização”.

Nessa mesma perspectiva, porém tomando como fonte e objeto a imprensa paulistana no século XIX, Lilia Schwarcz (2008) demonstrou que a ideia de negro e, antes, de África (berço destes), eram tidos como sinônimos da barbárie, sendo o continente africano comumente visto como “*berço do barbarismo, da violência, da superstição e da magia*” (SCHWARCZ, 2008: 117). Tomando como objeto de análise os jornais paulistas do século XIX vinculados à elite branca, explicita como ali os negros eram exaltados como promotores da violência. Nesta imprensa, avultavam-se as expressões em que *a própria palavra “negro”, em si, já indicava fatos infames, violentos e reprováveis: expressões como “páginas negras”, “negro crime” eram comumente utilizadas para caracterizar fatos violentos.* (SCHWARCZ, 2008: 122)

O outro aspecto - já citado acima e em que nos deteremos - sobre o qual se depositava fortes expectativas para eliminar os indícios “bárbaros” era a educação. Segundo Rosa Fátima de Souza,

um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. (...) responsabilizada pela formação intelectual e moral do povo, a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista da perspectiva da suavização das maneiras, da polidez, da civilidade e da dulcificação de costumes. (SOUZA, 1998: 27)

Nessa perspectiva, em que a escola aparece como responsável por moldar o caráter, inculcar maneiras e cultivar o espírito, a proposta de educação dos negros fazia muito sentido, uma vez que eram comumente associados a costumes taxados como grotescos, bárbaros e despidos de civilização, sendo a palavra “negro” utilizada como um adjetivo

pejorativo. Portanto, ao se entender a escola - sobretudo a Republicana³ - como espaço privilegiado de formação moral e civilidade, viria a calhar a inserção dos ex-escravos nesse contexto, de modo a incuti-los os valores desejados. Procurando entender como essas ideias circulavam pela sociedade da época, nos valeremos de alguns veículos da imprensa paulista como fonte.

“AS IDEIAS NÃO PASSEIAM NUAS PELAS RUAS”

“É tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as ideias não passeiam nuas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”. (Julliard, apud SIRINELLI, 2003: 258)

O historiador francês, citando Julliard, nos chama atenção para o fato de as ideias não circulam independentes, desvinculadas de grupos sociais, despidas de intenções ou de intencionalidades. Estão, portanto, vinculadas a grupos sociais e circulam por meio de algum suporte. Elegemos, então, 3 periódicos, vinculados a 3 grupos distintos, para analisar de que maneira se posicionavam sobre as questões do período – a saber, a educação de negros – e de que maneira vinculavam as ideias sobre civilização, negros e educação. São eles “A Redenção” (1887 – 1899)⁴, jornal abolicionista; “Correio Paulistano” (1854 – 1942), porta-voz de um grupo representativo da elite branca e “O Progresso – órgão dos homens de cor”, periódico da imprensa negra⁵.

³ Apesar de nosso recorte começar no Império e terminar na República, não nos deteremos na comparação das possíveis mudanças de projeto de educação decorrentes da mudança de regime político. Focaremos na circulação de ideias pelos veículos de imprensa – assim, inevitavelmente a questão do regime político estará presente, sem nos aparecer como objeto privilegiado. Mesmo reconhecendo que o papel da educação encontra configurações distintas entre monarquistas e republicanos, consideramos que esse é um elemento entre vários das ideias que circulam nos jornais do período e não necessariamente implicam em diferentes perspectivas para a escolarização dos negros. Destacamos, nesse parágrafo, a característica republicana pois foi essa a perspectiva de Rosa Fátima de Souza, autora que nos serviu de base para destacar a relação entre escola e projeto civilizador.

⁴ Os exemplares de “A Redenção” encontram-se sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). O acervo ainda não está disponibilizado a público, devido à finalização do processo de restauro e digitalização. A consulta para pesquisa foi gentilmente autorizada pela coordenação de apoio à pesquisa da instituição.

⁵ O termo “imprensa negra” foi utilizado pela primeira vez na análise realizada pelo sociólogo Roger Bastide em um artigo originalmente publicado em 1951, denominado *A imprensa negra no Estado de São Paulo*. Considerando a imprensa enquanto espaço de representação coletiva de uma classe de indivíduos, é pioneiro ao atribuir a esse segmento da imprensa uma legitimidade histórica e sociológica – a despeito da pequena tiragem e intermitência -, justamente por cumprir aquela função. A define enquanto “jornais de negros”, portanto produzidos por eles e destinados a esse mesmo grupo, raramente sendo uma “imprensa de informação”.

Valendo-nos da perspectiva de Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007) e de Tânia de Luca (2014), é que nos propomos a utilizar a imprensa como fonte histórica.

Assim, torna-se fundamental “(...) *se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros (...)*” (Cruz e Peixoto, 2007: 116), bem como analisar suas funções sociais. Por conta do espaço que dispomos nesse artigo não nos deteremos sobre a análise da materialidade dos impressos, que será realizada com maior minúcia em nossa dissertação de mestrado. Aqui, privilegiando a perspectiva dos jornais enquanto *produto social* (SCHWARCZ, 2008), nos interessa compreendê-los como espaço de articulação de ideias, refletindo e representando valores da época em relação aos segmentos sociais que o produziam e para os quais eram destinados.

Faremos, então, apenas uma breve explanação sobre cada um deles, de modo a que faça sentido a nossa análise sobre seus respectivos posicionamentos. O “Correio Paulistano”, que associaremos a uma imprensa branca, foi fundado inicialmente em 1831, sobrevivendo apenas até o ano seguinte - sua fundação definitiva aconteceu em 1854. Pretensioso, apesar das dificuldades financeiras de início, declarava-se logo no primeiro número como *representante de uma ‘nova era paulista’* (SCHWARCZ, 2008: 66), assumindo-se e pretendendo-se como “imparcial”. Apelidado por Schwarcz de “camaleão”, vinculou-se a diferentes grupos políticos ao longo de sua história, adotando sempre a posição hegemônica de cada período, geralmente ligado a posições conservadoras. Nesse sentido, há dois marcos que nos interessam, pois balizam os discursos que predominam no jornal: sua compra em 1882 por Antônio da Silva Prado, entusiasta da modernização, chefe da União Conservadora e futuro prefeito de São Paulo (1899-1911); e uma nova compra em 1890, dessa vez por Manuel Gonçalves Camillo e Capitão Manuel Lopes de Oliveira, pertencentes à Sociedade anônima da Fundação da República. Durante o período analisado, circulou de terça a domingo, com poucas interrupções.

O periódico “A Redenção”, que se auto intitulava folha abolicionista, foi fundada em janeiro de 1887 por Antônio Bento, advogado e líder do movimento dos caifazes⁶. Utilizando uma linguagem informal, popular, vulgar - conforme eles mesmos declaravam -,

⁶ O movimento dos caifazes, liderado por Antônio Bento e aglutinando jornalistas, advogados, escritores, atuou entre 1882 e 1888 em São Paulo, realizando fugas em massa de escravos, ações de defesa em processos, acobertamento de fugas. Em geral os libertados eram encaminhados ao quilombo Jabaquara. Ao pressionar os fazendeiros, o movimento teve um papel importante para apressar o fim da escravidão.

livre de volteios e preocupações gramaticais, era extremamente combativo à escravidão, tendo sido editado duas vezes por semana (aos domingos e quintas) até 13 de maio de 1888. Após esta data teve edições esporádicas e comemorativas da abolição, sendo o último número publicado em 1899, já após a morte de Antônio Bento. Tinha declaradas rugas com o “Correio Paulistano”, que o acusava de ser liderado por um dos *larápios dos senhores de escravos como Antônio Bento*. (apud SCHWARZ, 2008: 88).

“O Progresso – órgão dos homens de côr”, que associaremos à imprensa negra, foi lançado em 24 de agosto de 1899. Infelizmente localizamos nos arquivos brasileiros apenas um exemplar, o que nos impede de aferir qualquer periodicidade ou duração. No entanto, apesar de ter como fonte esse exemplar único, achamos que valia a análise pelo seu significado. Tratava-se de um jornal da imprensa negra paulista editado ainda no século XIX, diferente do que indicavam todas as pesquisas de que tivemos notícia publicadas até 2006⁷. Assim, estamos diante de sujeitos que se valeram da imprensa para promover a circulação de ideias ou a inserção dos *homens de cor* na sociedade pós abolição. Editado por negros e para negros, como é possível aferir a partir de sua leitura, o impresso exaltava a memória da abolição e de abolicionistas ilustres, como Luiz Gama, desbancava o cientificismo a partir do qual se afirmava a “superioridade racial”, criticava a preferência pela mão de obra branca.

NEGRO SEM EDUCAÇÃO: UM PERIGO PARA A SOCIEDADE

O “Correio Paulistano”, durante a década que antecede a abolição da escravidão, apresenta uma destacada preocupação com a educação dos ingênuos⁸. Publicando constantemente atas e resumos das discussões da Câmara e do Senado, explicitava também os debates que vinham sendo travados em âmbito governamental, geralmente deixando claro seu posicionamento sobre os mesmos. Na edição de 16 de julho de 1882 o jornal trouxe uma nota sobre uma sessão realizada 5 dias antes na Câmara dos deputados, em que se vê latente a questão da abolição. Na mesma sessão foi apresentada pelo deputado Antonio Pinto uma

⁷ Em setembro de 2006, Ana Flávia Magalhães Pinto defendeu, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, uma dissertação de mestrado em que analisava este e outro periódico da imprensa negra paulista ainda mais antigo (“A Pátria”, 1889). Com este trabalho, trazia a público uma nova periodização sobre jornais produzidos por negros em São Paulo. Até então, pesquisas como as de Bastide, 1973; Ferrara, 1986; Moura, 1992; Domingues, 2002; Gomes, 2005; Simões Pires, 2005, entre outros apontavam “O Menelick” (1915) como o mais antigo na Capital e “O Baluarte – órgão oficial do Centro Litterario dos Homens de Côr” (1903), de Campinas, como o primeiro do Estado.

⁸ Termo utilizado no período escravista para designar a criança negra nascida livre.

representação de Joaquim Nabuco e Costa Azevedo pedindo abolição da escravidão e foi realizado um discurso do sr. Lacerda Werneck, no qual ele insistiu na “*urgencia de escolas para os ingenuos que são um perigo para nossa sociedade, se continuarem entregues à ignorancia*”. (“Correio Paulistano”, 16/07/1882: 2)

É possível perceber, na fala de Werneck, a preocupação com o impacto social que geraria um número cada vez maior de filhos de escravos sendo alçados à condição de livres. Primeiramente, ao deputado parece uma ideia óbvia - pois sequer carece de justificativa - a percepção de que os ingênuos carregam o estigma “bárbaro” de seus ancestrais, sendo um “*perigo para nossa sociedade*”. São um perigo pois, reafirmando o que observa Lilia Schwarcz (2008), o termo negro por si só caracterizava-se como um adjetivo pejorativo, uma vez que os africanos e seus descendentes carregariam a degeneração em seu caráter, sempre tendendo ao vício e à vagabundagem, estando portanto impossibilitados de conviver com a “civilização”. A fala do deputado, apesar de indicar essa visão, aponta, entretanto, para uma possibilidade: a educação. Ela revela, deste modo, a crença de que a educação, sendo capaz de tirá-los da ignorância, os habilitaria ao convívio social.

Ecoando esse posicionamento, há também a publicação da proposta feita pelo Dr. Dias da Silva Junior, redator-proprietário do *Jornal do Agricultor*, a propósito da transição da forma de trabalho. Entre diversas medidas, propõe

“*providencias sobre a educação dos ingenuos, já tornando obrigatoria a criação de escolas de instrucção primaria nas fazendas onde o numero dos ingenuos, por cujo trabalho os fazendeiros optarem, exceder a vinte e cinco, já creando-se colonias orphanologicas, onde serão recolhidos os ingenuos entregues ao governo, de conformidade com a Lei de 28 de Setembro de 1871*” (In: “Correio Paulistano”, 27/01/1881: 1)

Aqui é interessante notar o diálogo entre a imprensa da época e a circulação de ideias entre dois veículos de comunicação, que permite que um jornal, ratificando a proposta do outro, a reproduza, na íntegra, sem ressalvas. O “Correio Paulistano” posicionou-se positivamente diante da proposta do dr. Dias, reiterando que a saída para o fim da escravidão era um processo lento, que teria nesta lei o caminho principal.

A questão central da proposta de Dias é o trabalho, sobretudo em função da iminência da abolição da escravidão já indicada pelos caminhos da legislação e da sociedade e do gradual processo que já vinha acontecendo, sobretudo após o fim do tráfico em 1850 e da Lei do ventre livre de 1871, quando foi criado. Nesse sentido percebe-se a preocupação

com a “vagabundagem”, como indicado no art. 6º de sua proposta: “*repressão da vagabundagem, por meio de termo de obrigação de trabalho, que force os vagabundos a buscarem profissão honesta, dentro de 40 dias*”. (idem, grifo do autor)

Na década de 1880, o “Correio Paulistano” traz também evidências que deixam transparecer que havia um intenso debate associado à iminência do término da escravidão no qual se inseria a educação, sobretudo dos que já nasciam livres desde a lei de 1871, os ingênuos. A preocupação com a “vagabundagem” e com o “perigo” que representam para a sociedade tornava urgente a “providencia sobre a educação dos ingenuos”, cuja “ignorancia” nata, herdada dos ancestrais africanos “entregues à barbárie” deveria ser combatida pela instrução. Portanto, a educação se mostrava como um meio para tirá-los da barbárie e levá-los à civilização. Não há clareza nem consenso nas discussões que localizamos sobre a forma pela qual a educação deveria ser realizada – apesar de parecer haver sobre a necessidade de realizá-la. Conforme mencionado nos trechos citados acima e em outros nos quais não será possível nos deter, há referências à “instrução primaria”, à criação de “colonias orphanologicas”, à necessidade de se *formar associações para educar esses ingênuos* (“Correio Paulistano”, 07/10/1880), além de propostas de criação de escolas agrícolas (“Correio Paulistano”, 19/02/1882) e requerimentos apresentados na Câmara sobre educação de ingênuos (“Correio Paulistano”, 15/07/1882), sem mais detalhamentos. No entanto, um fato curioso se nos apresenta: quanto mais próximo o ano de 1888, mais se falava em abolição, libertações, alforrias e menos em educação de ingênuos.

Já no impresso “A Redempção”⁹, por se tratar de um periódico abolicionista, obviamente fervilham artigos sobre a escravidão e a abolição. Na realidade, este é basicamente seu único assunto, que se desdobra em seções como “Propaganda Abolicionista”, “Album Abolicionista”, “Cronica de annos”, “Secção Particular” entre outras, todas referentes à abolição, chegando a ser até repetitivas. Assim, nos interessa perceber de que maneira o jornal abordava o debate sobre a educação daqueles que não nasciam escravos, condição de seus pais, mas permaneciam ligados à tal condição por filiação, ancestralidade e, na maioria das vezes, pelo trabalho. Na década em que o trabalho servil ainda não havia sido extinto, não à toa o período de circulação regular do jornal, a

⁹ Na década de 1880 não trataremos da imprensa negra, pois havia apenas um jornal desta categoria, “A Pátria” (1889), do qual encontramos 2 exemplares. No entanto, como não há nenhuma menção sobre educação dos negros, nosso objeto de estudo, optamos por não analisá-lo nesta ocasião.

referência à educação é praticamente inexistente, não havendo mesmo nenhuma menção explícita à educação de ingênuos nos 132 números analisados, como encontramos no “Correio Paulistano”. Com exceção de duas notícias em que alguma discussão está presente – uma delas abordando a educação da mulher e outra que será analisada mais adiante - todas as outras aparecem mais com intuito publicitário do que de debate.

Na edição de 26 de abril de 1888 é publicada a ata de fundação da “Escola Antonio Bento”, que leva o nome do fundador e proprietário do jornal, inaugurada dia 23 do mesmo mês. O documento é extremamente burocrático e traz pouca coisa além de data, local, horário e presentes à cerimônia de inauguração. O único indício sobre as características da escola aparece na fala cerimonial do padre Francisco Barroso, *aclamado presidente da reunião, que mostrou a conveniência da instituição da **Escola Nocturna**, atentos os relevantes serviços prestados pelo **benemérito Dr. Antonio Bento**, a cauza do **progresso do paiz***. (“A Redenção”, 26/04/1888: 3, grifo nosso) O fato da escola funcionar à noite e a referência à atuação de Antonio Bento em prol do *progresso do paiz* nos leva a crer que a mesma deveria se destinar ao atendimento de negros (não nos foi possível definir se exclusivamente). Considerando o contexto (publicação em um periódico abolicionista extremamente combativo e atuação de Bento como caifaz), é possível que esta ideia de progresso estivesse associada ao fim da escravidão. No entanto, não há menção deliberada à isso, nem nos parece haver preocupação em destacar o segmento atendido ou a necessidade de se atendê-lo. Não foi encontrada mais nenhuma referência à essa escola nesse jornal nem nos registros dos estabelecimentos particulares de ensino da Província de São Paulo, nos ofícios ou nos relatórios dos inspetores da instrução pública¹⁰. A escola funcionaria nos *salões dos Remédios*, sede da Associação Religiosa Mantenedora do Jornal e do movimento dos caifazes.

Nos parece, assim, que a principal preocupação era divulgar a abertura da escola, e não discutir educação. O mesmo acontece com as referências à outra instituição de ensino, também vinculada aos Remédios, o Externato Santo Antônio, dirigido pelo padre Francisco Barroso, o mesmo que presidiu a cerimônia de fundação da escola acima, que compartilha o cargo com Joaquim A. Mattoso Ferraz. O primeiro anúncio da instituição foi publicado em 29 de março de 1888. E não parece ter outro cunho senão o da publicidade. A não ser o fato de ser vinculado a um grupo abolicionista (Confraria Nossa Senhora dos Remédios), não há

¹⁰ Todos os materiais consultados encontram-se no Fundo da Instrução Pública do AESP.

nenhum indício de que seria uma instituição voltada ao atendimento de ingênuos. Pelo contrário, a presença do valor da mensalidade em todos os anúncios e a existência deles também no jornal opositor, o “Correio Paulistano”¹¹, nos leva a crer que se tratasse mais de uma instituição voltada para os filhos da elite, para arrecadar fundos para a Associação, do que para atender negros. Os anúncios em um jornal que associava o abolicionismo a *arruaças e agitações perturbadoras da ordem publica* (“Correio Paulistano”, 19/09/1886: 1) dá força à essa ideia, explicitando como a atuação do Externato deveria estar apartada das causas dos caifazes.

O artigo no qual podemos perceber alguma discussão sobre educação foi publicado em abril de 1887 em forma de uma pequena nota na terceira página, intitulada “prisão de meninos vagabundos”. Nela, exaltam a atitude da polícia em prender os *meninos vagabundos e vadios*, que se recusariam a trabalhar e a frequentar cursos. Dizem o seguinte:

*(...) Há seis anos que a confraria de N. S. dos Remedios sustenta uma **aula gratuita** de musica.*

*Matricula-se um menino naquella aula, frequenta algum tempo e, quando se espera tirar desse individuo um bom musico, **retira-se dalli dando prejuízo e vae para a vacância**, apoiado pela inercia da policia.*

*Note-se que **o provedor da confraria**¹² **esforça-se em ter todos os alumnos da escola de musica empregados, e talvez seja esse o motivo de sempre se retirarem os meninos da aula, para assim poderem vagar livremente.** (...) (“A Redenção”, 21/04/1887: 3, grifo nosso)*

Perceba-se que, na concepção aqui explicitada, os meninos teriam uma tendência natural à vagabundagem, portanto de rejeição ao trabalho, uma vez que ele seria o *motivo de sempre se retirarem (...) da aula*. Para o redator, que é também o provedor das aulas, a única maneira de viabilizar a permanência seria a coerção, já que a *inercia da policia* é o principal motivo de se atirarem à “vacância”. O fato das aulas serem oferecidas gratuitamente pela confraria que sedia o movimento dos caifazes nos leva a crer que, se não todos, muitos dos meninos atendidos eram ingênuos. Estando certa esta inferência podemos afirmar que, no único artigo em que aparece, mesmo que discretamente, uma discussão sobre educação, ela reproduz a preocupação com a “vagabundagem” e a percepção desses sujeitos como ameaça à sociedade, pois despidos de civilização. A nota aponta apenas dois caminhos possíveis

¹¹ Uma nota é publicada no “Correio Paulistano” dia 02/03/1888 indicando abertura da escola. A mesma nota repete-se nas edições nos dias 16, 18, 20, 21, 24 e 28 do mesmo mês.

¹² A saber, Antonio Bento.

para a vida desses meninos, ou as aulas (aqui nem mesmo se tratava do ensino das primeiras letras) e o trabalho, ou a vadiagem. A concepção civilizadora está presente aqui assim como no periódico da imprensa branca.

ACABOU A ESCRAVIDÃO: CADÊ O NEGRO?

A partir da abolição da escravatura e da proclamação da República, as discussões sobre educação dos negros desaparecem do periódico da imprensa branca. Não vemos mais os acalorados debates presentes até 1888. As palavras educação e instrução aparecem, juntas, 4.242 vezes, mas na esmagadora maioria das vezes estão ou vinculadas à propaganda das escolas privadas, portanto nos anúncios dessas escolas; ou relacionadas à instrução pública, mas nesse caso como comunicação oficial de ofícios e despachos de licenças, exonerações, concursos, exames, pedidos de remuneração de docentes.

A “descoberta” do imigrante fez com que a elite cafeicultora e industrial paulista encontrasse um grupo que já estaria a meio caminho de seu projeto civilizador, em função de ser originário do continente que representava seu modelo de civilização, a Europa. A aparente maior facilidade de concretização do projeto com o imigrante tê-los-ia levado a abandonar o grupo remanescente da escravidão, de modo a eliminá-lo (ao menos no seu imaginário). Não temos a ilusão de pensar que os imigrantes foram acolhidos e considerados pares da elite paulista, mas que, num primeiro momento, o deslumbre advindo da chegada dos filhos da civilização em São Paulo os fez destinar sua ação civilizadora a esse grupo. A pesquisa empírica, nesse caso, reforçou os apontamentos da bibliografia de referência. (SANTOS 2003; AZEVEDO, 1987).

O “Correio Paulistano” parece corroborar a esta ideia. Se os discursos se assemelhavam no que diz respeito a um relativo consenso sobre a necessidade de civilizar os negros no período escravista, algumas novas questões emergem para os abolicionistas de “A Redenção” após o término desta. Se até maio de 1888 sua principal preocupação era a manumissão definitiva dos escravizados, agora era louvar a memória dos abolicionistas, da princesa Isabel, “a redentora”¹³ e comemorar a abolição – nos parece que reside aí o motivo da sobrevivência do jornal para além da abolição, não à toa os números comemorativos. No entanto, ainda que timidamente mas proporcionalmente em maior número do que nas

¹³ Na edição comemorativa de 13 de maio de 1899 uma gravura da Princesa Isabel aparece no centro da primeira página com esta insígnia.

edições regulares (em 2 dos 7 números comemorativos disponíveis falando especificamente dos negros) aparece um olhar sobre a inclusão do negro por meio da educação.

A edição comemorativa da abolição de 1895 traz uma ferrenha denúncia sobre a situação dos ex escravos no pós abolição, mencionado inclusive o impedimento de acesso a algumas instituições. O artigo intitulado “Os pretos excluídos de tudo” afirma que nenhuma providência foi tomada pelo governo para proporcionar condições aos que deixavam seus senhores apenas com a roupa do corpo, denunciando em seguida as dificuldades e, por vezes até impedimento, ao acesso à educação:

Nos institutos religiosos que actualmente existem em S. Paulo, nos diversos collegios que sempre abrem 2 ou 3 logares para os pobres, os filhos dos pretos não são admitidos. Allegam como razão que os brancos é que sustentam esses estabelecimentos, e, como os brancos ricos são os antigos escravocratas, não consentem nesses estabelecimentos os filhos dos pretos.

Há escolas modelos, mas não vê neles um preto. O escandalo chega até ao ponto do sr. Arco-Verde fazer o regulamento do Seminario Episcopal com o seguinte artigo: ARTIGO 10 – Para ter logar entre os gratuitos e meio-pensionistas do Seminario é preciso o pretendente não ser de côr Preta!!!¹⁴ (...) (“A Redempção”, 13/05/1895: 2)

Esse excerto, bem ao modo do caráter combativo assumido pelo jornal abolicionista em todo seu tempo de existência, se não apresenta uma discussão sobre **que educação** deveria ser proporcionada aos “pretos”, denota uma preocupação com a garantia do acesso, algo praticamente inexistente nas edições até 13 de maio de 1888. Na esteira da preocupação com o acesso à escola, uma nota publicada em uma edição de 1897 traz não uma denúncia, mas um elogio à uma escola pública, o Grupo Escolar Sul da Sé. Reservando um espaço privilegiado ao artigo, que ocupa mais de uma coluna na primeira página, exaltam o estabelecimento onde *encontram-se de mistura com os meninos brancos, pardos e negros, tornando-se verdadeiramente uma escola popular* (“A Redempção”, 18/07/1897: 1), enfatizando não só o espaço dado aos negros como a “mistura”, a convivência entre os três grupos. Vale destacar que a direção da escola ficava a cargo de Frontino Guimarães, que o próprio jornal afirma ter sido um *antigo companheiro de luctas*. Essa afirmação nos faz

¹⁴ Após termos encontrado tal artigo em nossa pesquisa, o vimos também citado no livro de Antônia Quintão, “Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)”, 2002. No entanto, a autora indica como origem o periódico “A Liberdade”, de 13/05/1893, também editado por Antonio Bento. Fizemos uma busca para verificar se o artigo havia sido mesmo replicado em “A Redempção” dois anos depois. No entanto o único exemplar localizado, que consta no Arquivo do Estado de São Paulo, está fora de circulação para restauro.

supor que de alguma maneira o diretor havia sido ligado aos caifazes, o que em certa medida explica o suposto atendimento aos meninos negros. No entanto, apesar dessa exaltação inicial, a coluna segue lamentando as condições físicas e materiais do prédio onde funcionava a escola, *tão acanhada para conter o numero de meninos que tem*, expõe que as classes funcionavam em biombos, não havendo *logar para o recreio (...) tornando-se uma coisa fatigante e contra todas as regras de hygiene* (idem). É interessante perceber que as reclamações que seguem reproduzem em certa medida as considerações do diretor nos relatórios apresentados ao Secretário do Interior. No apresentado em 03 de novembro de 1897, por exemplo, afirma ter sido *forçado a matricular um numero de creanças superior a lotação do prédio, que infelizmente não satisfaz as exigências da pedagogia moderna* (Frontino Guimarães, 03/11/1897). Note-se a semelhança nos textos e, o que nos chamou atenção, que o jornal é anterior ao relatório. Tal conformidade nos faz supor que o “antigo companheiro de lutas” ainda era bem presente. Contava em detalhes o funcionamento da escola que dirigia ou, quiçá, teria ele mesmo escrito o artigo, que termina com um pedido a Campos Salles, então presidente do Estado de São Paulo, para que comprasse *a casa dos jesuítas, na rua da Gloria* (“A Redenção”, 18/07/1897: 1), pedido que também é feito por Guimarães no relatório em questão, o que dá força à nossa hipótese sobre a possibilidade de ter sido ele o autor do artigo, que não está assinado.

E como se posicionaram os próprios negros letrados, que também se utilizavam do impresso como espaço de circulação de suas ideias, sobre a educação de seus pares? No único exemplar encontrado de “O Progresso”, o número 1, publicado em 24 de agosto de 1899, chama-nos a atenção um extenso artigo sob o título “Eduquemo-nos”. A começar pelo que, diferente dos outros periódicos analisados, revela o lugar de pertença. Não se está falando do outro, mas de si mesmo. Além disso, obviamente a proposta de educar vinha ao encontro de nosso objeto de estudo, o olhar dos periódicos sobre a educação dos negros. Já no início do artigo estabelecemos um diálogo com o último trecho de “A Redenção” analisado por nós. Assim como o periódico abolicionista, o jornal da imprensa negra anuncia, em tom profético:

Lançando um olhar para o futuro, sem esquecermos o passado vemos que o futuro nos sorri: vemos que o homem preto, por sua indole, intelligencia e amor ao trabalho, pode ter papel saliente na sociedade, embora espiritos retrogrados

afirmem ao contrario, querendo collocar-o abaixo do nivel das outras raças. (“O Progresso”, 24/08/1899: 2)¹⁵

A educação aparece como criadora de possibilidades para o futuro, no qual o redator consegue “ver” o negro inserido. Procura destacar qualidades geralmente desejadas pelo “mundo civilizado”, o que já nos indica uma apropriação desse discurso, também presente no periódico da imprensa branca e no abolicionista, além de evidenciar um incômodo com o preconceito sofrido pelos negros no pós-abolição, como explicita mais adiante:

Esperavamos nós os negros que finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa patria o estúpido preconceito da cor e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade entrassem em franco convívio com os pretos (...). Qual não foi, porém, a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce. (grifo nosso)

O que se apresenta nesse trecho é uma manifesta indignação com o preconceito que sofriam os negros após a abolição, o que corrobora à ideia de que teriam sido excluídos do projeto civilizador no qual a questão da educação desse grupo era pauta, conforme indicamos na análise do “Correio Paulistano” na década de 1890. A incredulidade diante da manutenção do preconceito revela também o desejo do convívio e da inserção na sociedade, o que talvez explique a intensa defesa dos valores europeus e a refutação da cultura africana, como fica explícito no trecho a seguir:

Enquanto isso se passava os pretinhos que forneciam o cobre para tudo isso eram tão estúpidos que nem ao menos sabiam valorizar.

Ao redor de uma fogueira, na escuridão da noite, destacava-se o grupo de sambeiros; com seus (ilegível) e zabumbas rythmavam a dança, que era seguida de cantarolla, por falta de musica.

La dentro a civilização e cá fora a estupidez!...

Como exigir, pois, desses homens, a civilização que lhes não deram? (grifo nosso)

É clara a tomada dos valores de civilidade a polidez e a rejeição da matriz africana o que, nesse aspecto, assemelha o discurso com o da elite branca e do próprio governo, que procurava reprimir com uso da força policial manifestações como congadas, batuques, sambadas. (SANTOS, 2003: 124)

No entanto, para o grupo que fala nesse jornal, o projeto de educação dos pretos não foi abandonado, ao contrário era cada vez mais latente. Era visando incutir os valores “civilizados” nos pretos que o jornal clamava pela educação:

¹⁵ Os trechos citados a seguir são todos do mesmo artigo. Não repetiremos a referência.

Educai o preto, abri as portas dos estabelecimentos de ensino a esta gente; procurai mesmo facilitar a sua collocação em estabelecimentos agricolas, fazei tudo o que for possivel em beneficio dessa raça por que o resultado será em beneficio do nosso amado Brazil.

Abandonai para sempre o maldito preconceito. *Chamai-nos ao trabalho e lá estaremos convosco; (...) chamai-nos ao convivio social e vereis que seremos dignos. (grifo nosso)*

Mas, ao fazer isso, procurava ao mesmo tempo desfazer o estigma da inferioridade, exaltando a inteligência do negro e sua capacidade de aprendizado, destacando que os filhos de libertos que tiveram acesso à educação tornaram-se grandes homens, com destaque e proeminência. Provavelmente também pretendia, dessa forma, encorajar os negros a “se educarem”, apesar de quaisquer impedimentos. Pois esses também são denunciados, como fez “A Redempção”. Justamente após falar desses homens que puderam estudar, por conjecturas favoráveis, ressalta as dificuldades daquele momento: *que os filhos dos pretos que antigamente eram recebidos nas escolas publicas, são hoje recusados nos grupos escolares; (...) que os poderes publicos em vez de curar (sic) do adeantamento dos pretos, atira-os à margem, como cousa imprestavel?! Se a denúncia proceder, parece que o Grupo Escolar Sul da Sé era mesmo uma exceção, como já indicavam os próprios abolicionistas: é o unico estabelecimento republicano desta terra, (“A Redempção, 18/7/1897: 1) entendo aqui a qualidade de republicano como o que efetivamente proporcionava a educação popular.*

O longo artigo nos parece, assim, uma espécie de manifesto dos negros para os negros - e para os brancos. Um grito para serem ouvidos, enxergados, humanizados. Ao mesmo tempo, uma convocação aos seus pares para que tomem para si algo que era monopólio dos brancos e se insiram *nas lettras, nas artes, nas sciencias* europeias, mesmo que isso custe rejeitar seu passado cultural e incorporar os valores considerados dignos dos “homens de bem”.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASTIDE, Roger. **A Imprensa Negra no Estado de São Paulo**. In:_____. *O Negro na Imprensa e na Literatura*. ECA/USP, 1972.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Heloísa F. C. ; PEIXOTO, Maria R. C. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, nº 35, 2007, p. 255- 272.

DOMINGUES, Petrônio J. **Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930**. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRARA, Miriam N. *Imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1986.

GOMES, Flávio. **A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias sobre raça no Brasil republicano**. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida A. (org). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla (Org). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 111-154.

MOURA, Clóvis. **Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente**. In: MUNANGA, Kabengele (org). *História do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890 - 1915)*. 2ª ed. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX**. *Dynamis* [online]. 2011, vol.31, n.1, pp. 41-63.

SIMÕES PIRES, Antônio L. C. **Associações de Homens de Cor – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937)**. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida A. (org). *op. cit.*

SIRINELLI, Jean-Françoise. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª d. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 2003.

VEIGA, Cynthia G. **Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX.** *Educação em Revista*. Belo Horizonte, 2010, v. 26, n. 01, p. 263-286.

FONTES

A REDEMPÇÃO – FOLHA ABOLICIONISTA. São Paulo, Typographia União, 02/01/1887 a 13/05/1899, todos os números disponíveis. (Arquivo do Estado de São Paulo - em processo de digitalização).

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, Typographia do Correio Paulistano, 07/10/1880 a 28/03/1888, diversos números. (Hemeroteca digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

O PROGRESSO – ORGAM DOS HOMENS DE CÔR. São Paulo, Typographia Soler, n. 1, 24/08/1899. (Obras Raras, Biblioteca Nacional, PR-SOR 05592(1))

GUIMARÃES, Frontino. Relatório apresentado pelo diretor do Grupo Escolar Sul da Sé ao Secretário do Interior Antonio Dino da Costa Bueno, 03/11/1897. (Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo da Secretaria do Interior, caixa 6815).